

**ESCOLA RURAL E A CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 1936-1946<sup>1</sup>**  
*Rural School and National Education Crusade: 1936-1946*

Cristiane Angélica Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo aborda a relação entre a campanha de alfabetização “Cruzada Nacional de Educação” e as escolas primárias brasileiras, bem como com as escolas primárias na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, nos anos de 1936 a 1946, tendo como pressuposto que a referida campanha era alicerçada em um discurso que incentivava o aumento das escolas no Brasil, em especial as escolas primárias rurais. Para cumprir esses objetivos, buscamos compreender a “Cruzada Nacional de Educação” deflagrada em nível nacional e também analisamos a “Cruzada Nacional de Educação”, em Uberlândia. Para tanto, foram utilizadas como fontes de pesquisa a imprensa local, as Atas de Reuniões Escolares, as Atas do Conselho Consultivo e as Atas da Câmara Municipal do período proposto para estudo.

**Palavras-chave:** Cruzada Nacional de Educação, Escolas Rurais, Alfabetização.

**ABSTRACT**

This article discusses the relationship between the literacy campaign “Crusade-National Education” and the Brazilian primary schools, as well as with primary schools in the city of Uberlândia, Minas Gerais, in the years 1936 to 1946, from the assumption that the campaign was founded in a speech that encouraged the rise of schools in Brazil, especially the rural primary schools. To meet these goals, we understand the “National Crusade for Education” waged at the national and also analyze the “National Crusade for Education”, in Uberlândia. For both, were used as sources of research to local media, the School Meeting Minutes, the Minutes of the Advisory Council and the Minutes of the City Council the proposed period for the study.

**Keywords:** National Education Crusade, Rural Schools, Literacy.

**Cruzada Nacional de Educação**

A alta taxa de analfabetismo da população brasileira do século XX não combinava com os objetivos de civilidade e progresso propalados pelos republicanos. Nesse sentido, era necessário difundir a escola primária a fim de combater o analfabetismo reinante no país, porém a quantidade de escolas era insuficiente para abarcar tal processo. Em 1932

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima, sob o título “Escola Rural e Alfabetização: Uberlândia 1936 a 1946”, mediante concessão de bolsa de estudos em nível de Mestrado pela CAPES.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Inspetora da Rede Municipal de Uberlândia. E-mail: crysangelyca@hotmail.com

lança-se a Cruzada Nacional de Educação<sup>3</sup>, que era uma retomada, com nova roupagem, do tão criticado “Entusiasmo pela Educação”,

Segundo acreditavam os promotores da Cruzada Nacional de Educação, por exemplo, “a campanha contra o analfabetismo precisava ter caráter de salvação pública” e o objetivo de sua atuação era, portanto, “lutar para apagar a mancha vergonhosa do analfabetismo que degrada e avilta o Brasil” (PAIVA, 2003, p. 131).

Em 15 de agosto de 1932 por meio do decreto nº 21.731, assinado por Francisco Campos e Getúlio Vargas era deflagrada em todo o território nacional a campanha contra o analfabetismo denominada Cruzada Nacional de Educação<sup>4</sup>. Essa campanha considerava a alfabetização como referencial para solucionar os problemas políticos e sociais; no artigo primeiro ficou definido que a Cruzada Nacional de Educação seria de utilidade pública; no artigo segundo ficou instituída anualmente a Semana de Alfabetização<sup>5</sup> em todo o território nacional de 12 a 19 de outubro, durante esta semana poderiam ser arrecadados os recursos para criar e manter as escolas primárias (COLLEÇÃO, 1933).

Em 27 de maio de 1934 o jornal *Estado de Goyaz* informava aos brasileiros que era reconhecida em 15 de agosto de 1932, por meio do decreto nº 21.731, a campanha contra o analfabetismo no Brasil. O jornal informava que a campanha no ano de 1934 contava no Distrito Federal com 23 escolas e 920 alunos distribuídos em 26 cursos, além de 7 escolas noturnas, sendo oferecidos gratuitamente a esses estabelecimentos, como consequência da campanha, 361 cartilhas, 670 cadernos e trinta alunos medicados em dois meses<sup>6</sup>.

Outra iniciativa em favor do combate ao analfabetismo no Brasil ocorreu no ano de 1939, quando o então presidente da república Getúlio Vargas considerou a educação escolar como um dos problemas fundamentais do país. O presidente anunciou que era muito triste reconhecer que em pleno século XX mais da metade da população brasileira não sabia ler nem escrever, e essa situação era um obstáculo para o progresso, além de ofuscar a imagem do Brasil diante dos países considerados cultos (FGV, 1938)<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> Durante a pesquisa não foi possível identificar qual era o público alvo da campanha de alfabetização “Cruzada Nacional de Educação”, por isso, neste trabalho, pressupomos que a referida campanha almejava alfabetizar toda a população brasileira, sem distinção entre crianças e adultos.

<sup>4</sup> Paiva (2003) descreveu que a campanha “Cruzada Nacional de Educação” foi regulamentada pelo decreto nº 21.713 de 15 de agosto de 1932, enquanto a Coleção de Leis de Minas Gerais (1933) registrou que a campanha foi implementada por meio de artigo nº 21.731 de 15 de agosto de 1932. Como tanto na informação de Paiva (2003) quanto na Coleção (1933) a “Cruzada Nacional de Educação” foi instituída na mesma data, porém com ordem numérica do decreto diferente. Nesta pesquisa acreditamos que provavelmente houve erro de digitação de Paiva (2003) e adotou o decreto nº 21.731 que também foi o mesmo informado pelos periódicos.

<sup>5</sup> A “Semana Pedagógica” aconteceu em Uberlândia na semana do dia 30 de outubro de 1933 com a finalidade de auxiliar a formação dos professores do município. Acreditamos que a “Semana de Alfabetização” prevista pela campanha “Cruzada Nacional de Educação” não possui relação com a “Semana Pedagógica” realizada em Uberlândia no ano de 1933. No desvelar da pesquisa não foram localizadas fontes que permitissem afirmar se houve interlocução entre essas atividades.

<sup>6</sup> Durante a pesquisa não foram localizadas mais informações, além da citada no parágrafo anterior, que possibilitassem afirmar se os materiais foram distribuídos gratuitamente em todas as cidades brasileiras, a fim de combater o analfabetismo e incentivar os Estados e municípios a criar escolas primárias, ou se o fomento de materiais ficou apenas no discurso, ou ainda, se essa ação limitou-se às capitais.

<sup>7</sup> Os documentos da Fundação Getúlio Vargas consultados são materiais avulsos adquiridos junto ao CPDOC e relatam a situação do analfabetismo no Brasil. Consta um plano de campanha em prol da educação popular feito pela Comissão Nacional de Ensino Primário e a atuação da Cruzada Nacional de Educação. Esses documentos são folhas mimeografadas ou xerocopiadas avulsas que pertencem ao acervo “Gustavo Capanema”, do arquivo da referida fundação.

O governo de Getúlio Vargas tentou solucionar as dificuldades da escolarização dos brasileiros propondo medidas eficazes para combater o analfabetismo, ao aprovar em 18 de novembro de 1938 o decreto nº 868 que criava a Comissão Nacional de Ensino Primário. No artigo 2º, letra “a” ficou reconhecida a necessidade de organizar um plano de campanha nacional em prol da educação popular e do combate ao analfabetismo (FGV, 1938).

Nesse plano de campanha nacional de combate ao analfabetismo no Brasil ficou evidente a necessidade de uma ação conjunta entre o governo federal, governos estaduais e governos municipais para enfrentar as deficiências da escolarização no país. Nesse sentido, constatou-se que o Brasil precisava de cem mil escolas primárias para atender a aproximadamente seis milhões de crianças em idade escolar, o que demandava uma despesa de seiscentos mil contos por ano, e o país só possuía cinquenta mil escolas com matrícula de três milhões de crianças e investimento de cinquenta mil contos (FGV, 1938).

Segundo o documento, diante da demanda de escolas primárias e das dificuldades financeiras enfrentadas pelo poder público de arcar com as despesas exigidas pela expansão do sistema escolar, seria necessário que o povo cooperasse. Ficou definido que a população deveria ajudar a instalar e manter o maior número de escolas possível, pois se as escolas funcionassem em salas ou prédios cedidos gratuitamente pelas classes militares, associações ou sociedades recreativas dos municípios, ou em salas particulares ou públicas, o ensino ministrado ficaria mais econômico e a despesa se limitaria ao salário da professora (FGV, 1938).

O auxílio da sociedade na instalação e manutenção de escolas primárias seria efetivado por meio de contribuições mensais, anuais ou do patrocínio de uma das escolas. O dinheiro arrecadado nos municípios deveria ser entregue ao prefeito, nas capitais ao interventor federal e no Distrito Federal ao prefeito. Essas autoridades eram orientadas a investir esse dinheiro em novas escolas primárias (FGV, 1938).

Nesse Plano de campanha de combate ao analfabetismo, o Presidente da República contava com o auxílio do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, que solicitava no referido plano a colaboração da sociedade. No plano geral proposto, a sociedade estava dividida em classe militar (exército, marinha, polícias militares e corpo de bombeiro), classe conservadora (comércio, indústria e lavoura), classe trabalhista (todos os sindicatos de classe), classe dos liberais (médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos), magistério, funcionalismo público, imprensa, rádio e cinema (FGV, 1938).

A outra iniciativa desse mesmo plano de campanha em prol da alfabetização dos sujeitos brasileiros sedimentava-se no trabalho individual, por meio da colaboração voluntária, como no Japão em 1864. Esse trabalho seria realizado por militares, funcionários públicos, professores e alunos de colégios públicos e particulares e por donas de casa, que poderiam selecionar até cinco pessoas para ensinar a ler, escrever e contar, bem como contribuir para o desenvolvimento do país (FGV, 1938).

As cruzadas foram legítimas representantes das campanhas de alfabetização, as quais contaram com intensa propaganda em favor da difusão do ensino, além de criar escolas para crianças e adultos. As campanhas de alfabetização consolidadas nos anos de 1930 refletiam objetivos quantitativos e humanitaristas dos anos 1920 do “Entusiasmo pela Educação” (PAIVA, 2003).

Os principais colaboradores das campanhas de alfabetização foram pessoas ligadas às forças armadas, às classes conservadoras, à indústria, ao comércio e particulares. Esses mantenedores das cruzadas foram denominados de sócios, os quais contribuíam por meio da venda de selos, festivais e doações. Tais campanhas foram desenvolvidas por concepções “filantrópicas” e “humanitárias” de educação,

[...] apoiada numa visão deformada da realidade social, na qual a educação aparece como causa de todos os problemas demonstra o quanto suas posições teóricas encontravam ecos nos setores que a promoviam e o quanto estavam difundindo (as campanhas ajudavam a fortalecer) o preconceito contra o analfabeto (PAIVA, 2003, p. 131).

Dessa forma as limitações políticas, sociais e econômicas foram transferidas para a educação, sendo o analfabeto motivo de vergonha e culpado pelo fracasso do país. Isso gerou preconceito contra o sujeito analfabeto e fez com que as Cruzadas/campanhas de alfabetização assumissem o caráter de salvação pública. Assim, o retorno do “Entusiasmo pela Educação” por meio dessas campanhas não tinha o mesmo objetivo do movimento desenvolvido em 1910, embora a possibilidade de alicerçar a política vigente e aumentar o número de eleitores não fosse descartada.

Apesar das críticas negativas recebidas pelas campanhas alfabetizadoras durante a Segunda República, elas foram retomadas a partir do Estado Novo para difundir a disciplina de Moral e Cívica. Diferente da Segunda República, o Estado Novo foi marcado pelo autoritarismo e centralização do poder, sendo a educação vista como instrumento de difusão ideológica. Segundo Leão (1917), para solucionar as dificuldades que perpassavam o processo de alfabetização dos brasileiros seria necessário empreender campanhas sem tréguas para mobilizar o país em prol da educação popular.

Câmara Filho (1937a) por meio do jornal *Estado de Goyaz* informou o seguinte:

Entre nós, de todos os males é o analfabetismo, sempre crescente aos nossos filhos, o que mais desorganiza a família, enfraquece a República e ameaça assustadoramente o futuro da nacionalidade. O Brasil como país novo e de possibilidades econômicas extraordinárias, tem pela frente a solucionar problemas imediatos e imperiosos (CÂMARA FILHO, 1937a, não paginado).

De acordo com o autor, havia preocupação com o desenvolvimento econômico do país, e essa preocupação era articulada ao processo de alfabetização, embora a quantidade de escolas não correspondesse à demanda dos alunos em idade escolar. Havia consciência que o sistema escolar era ineficiente para o número de educandos que necessitavam de aprender o alfabeto. Conforme o mesmo autor, “a instrução é sem duvida nenhuma, o maior deles. O número de escolas que possuímos em todo o país para nossa já avultada população infantil, é alarmantemente deficiente” (CÂMARA FILHO, 1937a, não paginado). Em 1930 a estatística escolar demonstrava que a quantidade de escolas era insuficiente para atender aos sujeitos que precisavam de alfabetização, conforme evidenciou o fragmento a seguir:

Pelas estatísticas tem o Brasil 9.500.000 meninos, na idade de 7 a 13 anos. Desse numero apenas 2.577.800, freqüentam escolas. Depreende-se da evidencia desse calculo que 6.925.200 ficam sem escolas. Vê se então que a porcentagem é grande e ela aumenta assustadoramente, á medida da crescente elevação do nosso coeficiente demográfico (CÂMARA FILHO, 1937 b, não paginado).

Nesse sentido, o autor acima defendeu que havia apenas um caminho a seguir, aumentar a quantidade de escolas primárias, assim como instalá-las próximo das famílias para auxiliá-las e facilitar o acesso das crianças, pois as 33.500 instituições primárias existentes eram insuficientes para atender a demanda escolar dos brasileiros. Segundo Paiva (2003)

[...] apesar do auxilio da União aos Estados para a difusão da instrução popular só se ter efetivado no final do período, a expansão dos sistemas estaduais através do esforço local pode ser observada. Segundo Lourenço Filho a matrícula nos Estados crescera bastante nos últimos anos da primeira e triplicara durante a Segunda República. No período de 1927 a 1931 observara-se, para um crescimento populacional de 8%, um aumento da matrícula de 15%; no período de 1932-1936, para igual crescimento percentual da população, houve um crescimento das matrículas superior a 30%. Entretanto, a elevação das matrículas não eliminava a precariedade do atendimento quantitativo: em 1937, com uma população escolar de mais de 7.000.000 (entre 7 e 12 anos) o atendimento ia pouco além dos 2.600.000 crianças, correspondendo a pouco ligeiramente, em virtude do apelo aos interventores para favorecerem a difusão do ensino primário (PAIVA, 2003, p. 125).

Apesar do apelo aos interventores em favor da expansão quantitativa das escolas primárias nos anos de 1930, e do aumento da matrícula em 30% nessas instituições, Paiva (2003) relatou que as escolas primárias eram ineficientes e precárias, e como conseqüência, não correspondiam ao número de pessoas que necessitavam de alfabetização no período. Os esforços estaduais e municipais foram fundamentais para o desenvolvimento quantitativo do ensino primário na maioria das cidades brasileiras, com exceção dos Estados do sul, que devido às dificuldades enfrentadas com as “escolas estrangeiras” na zona de imigração, contavam com o financiamento federal.

O *Jornal de Uberlândia* informou que Lourenço Filho, diretor do departamento nacional de educação, com o intuito de colaborar com o combate ao analfabetismo, solicitou que todos os colégios brasileiros ajudassem a criar cursos primários para adolescentes e adultos com a finalidade de combater o analfabetismo. A matéria, intitulada “Serão abertas 4.500 novas escolas primarias cursos gratuitos para adolescentes e adultos analfabetos”, justificou que essas ações decorriam da Cruzada Nacional de Educação que inspirou a instalação de 4.500 escolas nas diversas regiões do Brasil (SERÃO, 1937). Paiva (2003, p. 127) apontou que nos anos de 1931 a 1945 foram retomadas as preocupações referentes à expansão quantitativa do ensino primário, desveladas na Primeira República (1890 a 1930) por meio do movimento educacional “Entusiasmo pela Educação” que nos anos de 1910 defendiam o aumento do ensino primário como meio para libertar o Brasil do “cancro do analfabetismo”.

O desafio proposto à campanha Cruzada Nacional de Educação seria percorrer o Brasil, desde as capitais até as cidades do interior e erradicar o analfabetismo, pois este era sinônimo de atraso e poderia atrapalhar o “desenvolvimento” da República. De acordo com Paiva (2003), São Paulo e o Distrito Federal (Rio de Janeiro) investiam trinta vezes mais que os Estados do nordeste no ensino primário, e possuíam mais alunos matriculados em processo de alfabetização. Isso manifestava as desigualdades de riquezas regionais.

Para amenizar a dificuldade enfrentada pelos estados e municípios brasileiros em relação ao número insuficiente de escolas primárias,

[...] seria necessário criar mais instituições de acordo com os planos estabelecidos pela campanha iniciada pela Cruzada Nacional de Educação, no sentido de instalar no Brasil o maior número de estabelecimentos de ensino (DIFFUNDINDO, 1938).

Um dos apelos da campanha consistia em aumentar a quantidade de escolas, principalmente no interior brasileiro, pois,

Quem percorre o interior do país, a grande maioria área do Planalto Central Brasileiro que ocupa 5 milhões de quilômetros quadrados da superfície do território nacional, não pode deixar de sentir uma tristeza verdadeiramente desoladora ante a legião de analfabetos que se lhe defronta aos olhos, ordinariamente, os nossos homens sobre cujos ombros pesam as responsabilidades dos destinos da nossa Republica [...] (CÂMARA FILHO, 1937a, não paginado).

Segundo o autor, a Cruzada Nacional de Educação era coordenada pelo Dr. Gustavo Ambrust que tentou implementar um plano de combate ao analfabetismo e examinou as dificuldades enfrentadas pela educação popular, assim como tentou criar mais escolas e amenizar as deficiências quantitativas. Ainda segundo o autor,

Os núcleos mais populosos nesta vasta zona aumentam numa progressão digna de nota, tornando-se assim dia para dia, mais escassa, mais deficiente o número de escolas, os governos centrais quer na Monarquia, quer na Republica, preocupados com as cousas da região litorânea, onde a civilização já faz a sua marcha progressiva e construtora, não encaravam no interior o problema do ensino tal qual ele reclama em vista e por força das circunstancias de sua geografia humana (CÂMARA FILHO, 1937a, não paginado).

O Brasil era considerado um país sem escola, segundo Câmara Filho (1937a) isto não era nenhum exagero: para constatar essa realidade bastava percorrer os sertões dos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e etc. Câmara Filho (1937 b) apontou que a maior porcentagem de analfabetos estava no interior brasileiro, se os governantes visitassem as cidades interioranas comprovariam a situação precária do ensino primário. Na busca de soluções para melhorar as condições do ensino primário, seria necessário estabelecer um consenso entre o governo da República, dos Estados e dos municípios, e a partir daí criar um plano de combate ao

analfabetismo que orientasse e colaborasse de forma efetiva com as necessidades de alfabetização das pessoas.

Diante disso, Gustavo Ambrust, coordenador da Cruzada Nacional de Educação, teria feito um apelo aos municípios:

O apelo feito pelo dr. Gustavo Ambrust, presidente da Cruzada Nacional de Educação aos prefeitos brasileiros, continua a ecoar pelo histerland afora, num ambiente de simpatia e de entusiasmo, porque ele constitue um grito que desperta o nosso povo ao combate do maior inimigo que o Brasil tem pela dianteira que é o analfabetismo, que pouco, como que socapa, vae inutilizando as forças da nacionalidade nascente, na sua marcha progressiva de enriquecimento e civilização (CÂMARA FILHO, 1937a, não paginado).

O apelo consistia em incentivar os municípios a abrir escolas com ambiente favorável ao ensino, que despertasse na população o desejo de aprender a ler, e conseqüentemente combater o analfabetismo e fortalecer os ideais de nacionalidade, civilização e progresso do país. Havia um discurso de que o analfabetismo permeava todo o território brasileiro sem freio, sem nenhuma medida eficaz para contrariá-lo, e isso ameaçava os ideais de nacionalidade, conforme citação a seguir:

É sem dúvida nenhuma o maior mal que nosso país tem pela frente desviando-o do caminho que conduz ás supremas finalidades a que tem direito sobretudo, pelas suas imensas riquezas de solo e de sub-solo. Está o Brasil colocado no quarto lugar entre os países onde há maior porcentagem de analfabetos. Depois da Índia, China e Egito, vem ele (CÂMARA FILHO, 1937 b, não paginado).

O analfabetismo desenfreado contrariava os objetivos de desenvolvimento e nacionalidade das autoridades brasileiras. O Brasil deveria seguir o exemplo dos japoneses que nos anos de 1880 possuíam elevada população de pessoas analfabetas, e a partir do momento que os homens públicos em conjunto com o povo decidiram investir no combate ao analfabetismo, tornaram-se uma das populações mais poderosas e respeitadas (CÂMARA FILHO, 1937 b). Leão (1917) relatou igualmente que o Japão tornou-se uma nação desenvolvida a partir do momento em que decidiu investir na educação, e o Brasil deveria seguir o mesmo exemplo, pois a escola poderia estimular e fortalecer o amor à pátria, além de proporcionar a civilização do país. Assim,

Ensinar a escrever e ler, deixando os indivíduos alheios as necessidades de seu tempo, arredios da luta que se trava para supremacia dos povos ignorantes dos elementos que levam a triumpho, incapazes de influírem, com o seu trabalho, a sua capacidade e a sua acção, no destino da sua nacionalidade, é fazer tudo menos homens vitoriosos, é conseguir tudo, menos uma gente forte, uma pátria poderosa (LEÃO, 1917, p. 24).

Outro exemplo que deveria ser seguido era o da Argentina que, apesar de ter uma população menor do que a do Brasil, apresentava mais progresso e desenvolvimento devido à ação dos homens públicos que agiram de forma eficaz no combate ao analfabetismo (CÂMARA FILHO, 1937b).



Na concepção de Leão (1917, p. 25) “a escola nas ações fortes, é officina da nacionalidade. É nella que se forja a temperatura de aço dos povos que conduzem a civilização”. Para o referido autor, o processo educativo não se limita ao binômio leitura e escrita, sendo necessário possibilitar o desenvolvimento e a orientação das habilidades individuais, bem como instrumentalizar os sujeitos a enfrentar as dificuldades de determinada época. Nesse contexto, a educação era o aperfeiçoamento das “habilidades phisicas, intelletuaes e moraes do individuo” (1917, p. 22), quanto mais desenvolvidas fossem essas habilidades mais educada seria a pessoa, e quanto mais pessoas o país formasse nesse molde, mais adiantado seria.

Ainda segundo o autor acima, a solução para o Brasil não consistia em copiar integralmente os métodos adotados pelos japoneses, mas em aprender com eles a buscar o progresso para o país, sem desconsiderar os bons sentimentos e usufruir nossas riquezas naturais. Nesse sentido,

Trabalhar é a primeira necessidade, e uma educação que nos torne aptos a fazê-lo, o único remédio capaz de engrandecer o Brasil. [...] dirigir o povo para as profissões pratica, incutir-lhe o amor pelo trabalho fecundo, pelas carreiras independentes e produtoras. Podemos continuar com nossos poetas, os nossos romancistas, os nossos sonhadores, porém juntamente com eles, devemos criar o produtor, o explorador das nossas riquezas, o valorizador do solo brasileiro (LEÃO, 1917, p. 27).

Pode-se apreender que Leão (1917) defendia uma educação voltada para o trabalho, que instigasse o amor pelas atividades práticas, pois seria esse o caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Ao analisar o discurso que embalava a escolarização primária dos brasileiros percebe-se que as expectativas de progresso e desenvolvimento do país foram transferidas para a educação. Nesse sentido é que Souza (2004), ao investigar a escola primária brasileira, em especial os grupos escolares na Primeira República (1890 a 1930), ressaltou que foi atribuído à escola popular primária a tarefa de formar o cidadão republicano, o que sedimentava o novo regime e as aspirações sociais e econômicas do país. Como nesse momento a escola primária estava sob a responsabilidade dos Estados e municípios seria necessário desenvolver uma campanha de combate ao analfabetismo que mobilizasse os brasileiros.

Constatou-se na Cruzada Nacional de Educação uma retomada do criticado “Entusiasmo pela Educação”, movimento desvelado nos anos de 1920, que priorizava a expansão quantitativa das escolas justificando a necessidade de alfabetizar os brasileiros, aumentar as riquezas, bem como “apagar” a mancha vergonhosa de 80% de pessoas analfabetas, posto que um país como essa quantidade de pessoas sem instrução não poderia ser considerado desenvolvido. Verificou-se ainda que na expansão de escolas primárias não havia preocupação com a qualidade do ensino, era focalizada apenas a alfabetização.

Na campanha Cruzada Nacional de Educação foi identificado um apelo humanitarista de que a sociedade deveria colaborar com o processo de escolarização primária dos brasileiros, de que as despesas não deveriam ficar limitadas aos Estados e



municípios, e as pessoas interessadas no desenvolvimento e progresso do país deveriam contribuir com o combate ao analfabetismo.

Nessa configuração havia um discurso de que a sociedade deveria dividir as despesas do ensino primário com os Estados e municípios, de modo que os municípios ofereceriam os móveis e pagariam os professores, e os moradores da região interessada em ter escola ofereceriam o prédio.

Não podemos desconsiderar que nos anos de 1930 o sistema educacional passava por um momento de tentativa de expansão da escolarização dos brasileiros com o objetivo de acompanhar o processo de industrialização, e diminuir o elevado índice de analfabetismo que incomodava as autoridades políticas do Brasil. Era necessário investir na educação e limpar a imagem de que o Brasil era um país atrasado composto por pessoas analfabetas, mostrar que o país estava preparado para o progresso, para o desenvolvimento industrial.

### **Cruzada Nacional de Educação em Uberlândia**

Embora a campanha Cruzada Nacional de Educação tenha sido deflagrada em todas as regiões brasileiras no ano de 1932, na cidade de Uberlândia foram localizadas notícias da mesma apenas a partir do ano de 1936, conforme a citação abaixo retirada da Ata da Câmara Municipal:

Voltando como matéria de deliberação a ordem do dia da próxima reunião: Circular da Cruzada Nacional de Educação, pedindo apoio e solidariedade de causa da instrução no sentido de dar plenos poderes ao executivo para instalação de mais escolas primárias no município no dia 13 de maio de 1937 (p. 49). Parecer nº 13: A Comissão de Justiça e Instrução da Câmara Municipal de Uberlândia ouvida sobre a circular expedida pela Cruzada Nacional de Educação, empenhando-se pela instalação em cada município do Brasil, e de parecer que se atenda por reputar justo o pedido, e que a câmara municipal faculte- (p.87) de aos exercícios plenos poderes para criar e instalar uma escola na data atendida e em que local que as convivências do ensino exigirem na zona rural. Sala de sessão da câmara 26 de outubro de 1936 (a) Nestor Rezende relator (PREFEITURA, 1936, p. 88).

Por meio dessa citação pode-se evidenciar que era expedida para os municípios uma circular notificando-os da importância de aderir à campanha Cruzada Nacional de Educação, sendo combinado que as cidades deveriam instalar as escolas primárias preferencialmente no dia 13 de maio, e às câmaras municipais seria facultada a escolha do local para a criação e instalação, de acordo com a necessidade de cada região, que no caso da cidade de Uberlândia era na zona rural, o lugar mais carente de escolas. Pois as estatísticas escolares de Uberlândia no ano de 1937, organizada pela inspetoria escolar da prefeitura, revelaram que estava prevista matrícula de 1.283 alunos nas escolas municipais, sendo 1.131 só nas escolas rurais, fato que comprovava que a maioria dos indivíduos que necessitava de alfabetização residia na zona rural.

As autoridades uberlandenses, pelo menos no discurso, estavam conscientes da importância de participar da campanha, conforme ilustrou o periódico a seguir, e corroboravam os interesses nacionais de difundir a campanha,

Em Uberlândia instalou-se mais uma escola primária. Atendendo o apelo da “Cruzada Nacional de Educação”, lançado as municipalidades brasileiras para comemorarem a data de 13 de maio criando uma escola primaria, o fecundo governo de Vasco Giffone, instalou-se mais uma escola rural. Ninguém duvida o quanto o nosso governo municipal vem fazendo para desenvolver o ensino nas extensas e populosas zonas ruraes [...] (ESCOLA, 1937, p. 4).

A escola instalada no dia 13 de maio de 1937, recebia o mesmo nome da data “13 de maio” e era localizada no bairro de “Moreno” da fazenda da “Tenda” e “Pindaíbas”, servindo a populosa região que, segundo o jornal, teria muitos benefícios com a educação de seus filhos. Esta solenidade contou com a presença do prefeito municipal, do presidente da câmara, dos vereadores.

A maioria das escolas primárias, nos anos de 1930, era instalada tendo como referencial o apelo da Cruzada Nacional de Educação. Nas Atas das Reuniões das escolas rurais do ano 1939 encontramos a justificativa da instalação dessas instituições por meio da Cruzada Nacional de Educação.

Contado com o apoio unânime de todos os responsáveis pela causa publica, a obra meritorica em tão bôa hora iniciada, vem colhendo magníficos rezultados. Milhares de escolas foram creadas a 13 de maio do anno passado, data designada no appello em que a Cruzada Nacional de Educação dirigiu a todos os prefeitos das cidades brasileiras, para que, em commemoração á tão grata ophemeide, assignaladora da extincção da nodoa que manchava os nossos foros de paiz culto e civilizado, se proporcionasse aos que vivem na terra de Santa Cruz, os meios de se libertarem dos grilhões da ignorância (DIFFUNDINDO, 1938, não paginado).

Várias escolas foram instaladas no dia 13 de maio de 1938 para atender a Cruzada Nacional de Educação, demonstrando a participação dos municípios nesse objetivo de libertar os brasileiros da ignorância. A cidade de Uberlândia aderiu a essa campanha e abriu uma escola rural nessa mesma data, na região de “Divisa” no distrito de Martinópolis.

No ano de 1939, continuaram os apelos para combater o analfabetismo, por meio da Cruzada Nacional de Educação, assim como a quantidade deficiente de escolas, conforme ilustrou o periódico *A Tribuna*, neste mesmo ano

Os prefeitos, em todo o paiz, responderam o apelo que a Cruzada Nacional de Educação” lhes renova todo anno, por ocasião das commemorações do 13 de maio, com a criação de escolas primaria. É uma bella tradição digna dos melhores encômios. Pena que não seja ainda cultuada por todos os prefeitos. Pois necessitamos de umas 250.000 escolas, pelo menos, e só possuímos 50.000 (CRUZADA, 1939, não paginado).

O jornal informou que vários municípios atenderam a solicitação e a tradição de criar escolas no dia 13 de maio. Apesar desse esforço e do discurso implementado pela campanha da Cruzada Nacional de Educação a quantidade de escolas ainda era insuficiente para atender a população brasileira. O país necessitava de 250.000 escolas e só

possuía 50.000, o que comprovava déficit de 5 vezes em relação à demanda da população que necessitava de alfabetização. Ainda em 1939, uma das edições do jornal *A Tribuna* noticiou que,

Em cumprimento a sua finalidade precípua, que é a edificação moral e cultural das massas, os jornaes precisam tomar parte activa nessa campanha de alphabetização geral do paiz, concitando, os poderes públicos, especialmente os municipaes, a reservarem maiores porcentagens do seu orçamento para educação popular, cooperando, enfim, com o maximo de sua vontade intelligente, ao lado das iniciativas que repontam por toda a parte, cada vez com mais entusiasmo e proveito (CRUZADA, 1939, não paginado).

Talvez tenha sido em virtude dessa defasagem entre a necessidade de escolas e a sua existência concreta que as nossas entrevistadas não se recordaram da campanha Cruzada Nacional de Educação. As docentes ao serem indagadas se recordavam de alguma campanha de alfabetização nos anos de 1936 a 1946 quando lecionavam nas escolas rurais, responderam que não, e também afirmaram que não lembravam da Cruzada Nacional de Educação porque a comunicação naquele tempo era difícil, que raramente liam os jornais ou as revistas, e tampouco tinham lembranças das autoridades educacionais da época a orientarem-nas a respeito do combate ao analfabetismo no município de Uberlândia. A professora Ivete Carrijo, por exemplo, ao ser entrevistada justificou que “naquela época não havia quase comunicação nenhuma; assim, jornal, revista, a gente não via, o primeiro jornal de Uberlândia não tem muitos anos”<sup>8</sup>.

O desconhecimento dessas campanhas, amplamente divulgadas nas notícias veiculadas nos jornais e constantemente registradas nas Atas de Reuniões Escolares, por parte das professoras das escolas rurais (conforme constatamos nas entrevistas), permitiu compreender que as campanhas de combate ao analfabetismo, dentre elas a Cruzada Nacional de Educação, na cidade de Uberlândia ficou limitada ao discurso, e as autoridades políticas e educacionais apenas reproduziram as notícias que veiculavam nacionalmente, mas não as regulamentavam na íntegra na cidade.

Uma explicação para a falta de conhecimento das professoras a respeito do discurso que permeava a cidade sobre o combate ao analfabetismo e a Cruzada Nacional de Educação, pode ser relacionada em parte à dificuldade do acesso das docentes das escolas rurais à leitura de jornais e revistas. Porém, se as autoridades educacionais uberlandenses tinham sido notificadas sobre a necessidade de participar da campanha, conforme mostraram algumas notícias dos jornais e das Atas de Reuniões Escolares, continuou a pergunta: por que as professoras não recordam dessas campanhas de alfabetização, no período em estudo?

Acredita-se que os planos de combate ao analfabetismo da Cruzada Nacional de Educação não foram totalmente difundidos em Uberlândia porque no decreto que regia a campanha estava previsto anualmente uma Semana de Alfabetização que deveria ocorrer entre os dias 12 a 19 de outubro em todo o território nacional para arrecadar recursos

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada em abril de 2008 com a Sra. Ivete Carrijo, ex-professora de escola urbana de Uberlândia.

para investir nas escolas primárias, e como conseqüência aumentar quantitativamente essas instituições e promover a alfabetização dos uberlandenses. No entanto, não foram localizadas informações que permitissem afirmar se essas Semanas de Alfabetização foram de fato implementadas no município de Uberlândia. Devido à desinformação das professoras a respeito das campanhas de alfabetização pressupomos que não foram desenvolvidas atividades voltadas para a capacitação das pessoas que atuariam no combate ao analfabetismo na cidade. A Cruzada Nacional de Educação em Uberlândia esteve presente apenas no discurso e pode ter sido usada apenas como justificativa para instalar e elevar o número de escolas rurais.

No período em estudo, 1936 a 1946, havia muitas discussões sobre quem seria responsável pelas despesas e pela organização da educação popular: se era o Estado ou os municípios. Identificou-se no discurso da Cruzada Nacional de Educação preocupação com a participação dos municípios no que se referia à despesa financeira, instigando-os a ajudar de forma efetiva na proposta de erradicar o analfabetismo que assolava todo o país. Nesse momento o jornal era utilizado como instrumento para divulgar os objetivos morais e culturais da campanha em alfabetizar as massas populares.

Sobre a possível colaboração do município de Uberlândia na Cruzada Nacional de Educação no ano de 1939, foram divulgadas no jornal local denominado *Correio de Uberlândia* as primeiras informações logo no mês de janeiro, quando o então inspetor municipal Jerônimo Arantes recebeu do presidente da Cruzada Nacional de Educação uma resposta positiva a respeito do desejo do prefeito de instalar dez escolas rurais, conforme se pode evidenciar,

O sr. Jerônimo Arantes, inspetor escolar municipal, recebeu do sr. Dr. Gustavo Ambust, presidente da “Cruzada Nacional de Educação” a propósito da criação de dez escolas rurais, feita há pouco pelo prefeito Vasco Gifone, o seguinte ofício: É nos grato acusar o recebimento de seu atencioso ofício de 31 de dezembro pp. comunicando haver o Exmo. Sr. Prefeito Municipal baixando um portaria, criando 10 escolas rurais, justamente nos moldes e de acordo como os planos da cruzada nacional de educação (AS NOVAS, 1939, não paginado).

Foi encaminhada ao prefeito de Uberlândia a aprovação do pedido de criação das dez escolas rurais, que deveria ser repassado ao inspetor escolar municipal para providenciar a inauguração dessas escolas no dia 13 de maio de 1939. O presidente da Cruzada Nacional de Educação agradeceu os elogios e desejou que a cidade de Uberlândia se destacasse na grande campanha contra o analfabetismo.

A Ata de Reunião do ano de 1939 descrevia e justificava a instalação de dez escolas rurais no dia 13 de maio em função da campanha “Cruzada Nacional pela Educação”.

Às 16 horas, o Snr. Inspetor Escolar abriu a sessão e proferindo um discurso sobre a data que assinala a extinção da escravatura no Brasil fez sentir nas suas palavras idéias de civismo a necessidade da cultura do povo brasileiro para assim poder a pátria contar com elemento forte para a defesa de suas riquezas cubiçadas e o desenvolvimento da sua em formação como país novo. Lançou um apelo ao povo do campo, para unido ao governo fazer face aos obstáculos que privam o desenvolvimento da instrução nos

meios rurais. Disse bem do interesse do governo municipal para instruir a mocidade rural entrara desprotegida pelos governos que não cuidaram da instrução dos habitantes do município, agora carinhosamente cuidada, como se pode atestar com o grau de número de escolas que funcionam em diversos pontos do município com frequência superior. Feita a chamada dos alunos matriculados, estavam presentes 94, na maioria analfabeto (PREFEITURA, 1939, p. 1).

As escolas instaladas nesta data foram: Escola Pontal - Bairro “Palmitos”; Escola de “Paranan” - Distrito da Cidade; Escola Pública Rural do Bairro “Samambaia”; Escola Pública Municipal do Distrito de Santa Maria; Escola Pública Municipal do Bairro do Cascavel; Escola Pública Municipal de Terra Branca - Distrito da Cidade; Escola Pública Municipal do Bairro “Congonhal”; Escola Pública Municipal do Bairro “Cabaças”; Escola Pública Municipal no Bairro “Boa Vista”; Escola Pública Municipal de Sucupira.

Seguindo um discurso de que a cidade de Uberlândia participava ativamente do desenvolvimento da educação e cumpria sua parte no combate ao analfabetismo brasileiro, foi anunciado o seguinte:

O ensino publico de Uberlândia tem melhorado sensivelmente nestes últimos tempos, atendendo, em parte, o crescente numero da população infantil dos municípios. Dia 13 do corrente mez foram inauguradas, achando-se em pleno funcionamento com uma matricula de 448 alumnos nove escolas rurais [...] (5.643. É O NUMERO, 1939, p. 1).

As autoridades uberlandenses demonstravam preocupação quanto ao número de alunos matriculados nas escolas, e informava que havia 5.643 pessoas recebendo alfabetização na cidade, sendo quarenta estabelecimentos de ensino público primário com freqüência de 1.554 alunos, de acordo com a estatística escolar. A revista *A Camponesa* no ano de 1939, por meio da matéria “A Instrução em Uberlândia” informou que o município esforçava-se para alfabetizar a população e com esse objetivo possuía 33 escolas rurais, e dois grupos escolares.

Nesse sentido, havia um discurso de que os políticos uberlandenses investiam na alfabetização dos moradores, e gastavam porcentagens apreciáveis na escolarização de seu povo, bem como a administração do prefeito da época, Vasco Gifone, corroborava com os interesses da política varguista de ensinar as pessoas a ler, escrever e contar, conforme se verificou na citação a seguir,

Vê se deste modo, que a atual administração não tem poupado esforços no sentido de levar o ensino aos povoados, e tomar toda a atenção e carinho para com elas, por isso que o seu governos criando escolas, vem marcando uma etapa segura e duradoura para os nossos dias (O NOSSO, 1939, não paginado).

O prefeito Vasco Gifone, preocupado em comprovar o desenvolvimento escolar de Uberlândia e dar satisfação de que as escolas rurais eram instaladas de acordo com o modelo proposto pela campanha, enviou a cópia das Atas de Reuniões Escolares de cada uma das instituições ao presidente da Cruzada Nacional de Educação.

Assim como os periódicos locais, as Atas de Reuniões das Escolas Rurais relatavam a contribuição do ensino rural no processo de alfabetização da classe popular no município de Uberlândia por meio da Cruzada Nacional de Educação. As pistas encontradas ao longo da pesquisa mostraram que as escolas criadas em Uberlândia em consequência da campanha de alfabetização foram na zona rural, o que evidencia o “cuidado” com a escolarização dos campesinos, conforme se depreende do trecho a seguir:

Aos 13 dias do mês de Maio de 1939, compareceram o Sr. Inspetor Escolar da Prefeitura professores e grande número de pessoas do meio para assistir às solenidades atinentes á instalação da escola pública municipal no bairro “Boa Vista”, creada pela Prefeitura Municipal, atendendo o apelo lançado aos governos municipais pela Cruzada Nacional de Educação que pede se instalar uma escola em cada município da Federação brasileira, no dia 13 de Maio, afim de se extinguir com armas das letras, a ignorância que predomina no espírito da população inculta da nossa terra (PREFEITURA, 1939, p.33).

Pode-se identificar no discurso oficial registrado naquela ata a preocupação do representante político do município de Uberlândia em demonstrar às autoridades do país seu apoio à campanha de alfabetização denominada Cruzada Nacional de Educação. As dez escolas foram instaladas na mesma data, 13 de maio, e contaram com a presença de representantes do prefeito do município. A ocasião foi solene, pois os alunos de cada uma dessas localidades em que foram instaladas as referidas escolas cantaram o Hino Nacional. Percebe-se ainda, nessa citação, o apelo ao combate ao analfabetismo, defendido em nível nacional, o incentivo ao patriotismo e o cuidado com a “expansão” do ensino rural no município.

Outro fato que despertou curiosidade foi forma como o analfabeto era visto. Percebe-se nesse momento uma fala preconceituosa, como se as autoridades da cidade quisessem dar uma satisfação ao Estado e demonstrar que estava sendo feita sua parte no objetivo de alfabetizar, pois de acordo com o registro da ata havia escolas suficientes e próximas da casa do aluno. Nessa ótica a prefeitura acatou e efetivou o combate ao analfabetismo respeitando as normas elaboradas pelas campanhas nacionais, e se o aluno não atendeu ao convite de freqüentar a escola e livrar-se da ignorância a culpa não teria sido do município.

As autoridades políticas uberlandenses, embaladas por um discurso progressista, transferiam para a população a responsabilidade pelo analfabetismo ao justificarem que havia escolas, mas os alunos não quiseram ser freqüentes. Essas escolas rurais foram isoladas, unidocentes, multisseriadas, e ofereciam apenas o ensino primário, que permite focalizar a possibilidade de que essas instituições foram meros depósitos de jovens e crianças para aprender a ler, a fazer contas e a serem doutrinadas conforme os interesses do Estado vigente, questão que será analisada no próximo capítulo.

No cenário da política local desse período estiveram como prefeitos nomeados: Lúcio Libânio, de 1931 a 1933; Claudemiro Terra, por apenas oito meses; e Vasco Gifone, de 1934 a 1944. A permanência do prefeito Vasco Gifone na administração da cidade por tantos anos possibilitou pensar que suas ações políticas seguiram as orientações do governo Vargas, como, por exemplo, combater o analfabetismo no meio rural.

O ano de 1939 foi a época em que mais foram instaladas escolas no município de Uberlândia. Nos anos de 1940 houve um arrefecimento no aumento das escolas para combater o analfabetismo. Localizaram-se nos materiais pesquisados poucos apelos de combate ao analfabetismo se comparado com os anos anteriores em consequência da campanha Cruzada Nacional de Educação. De acordo com o periódico local *Correio de Uberlândia*, a cidade<sup>9</sup> apresentava 23,8% de um total de 21.000 habitantes alfabetizados (UBERLÂNDIA, 1940). Isso revela que, se consideramos esses dados, o município não vivia uma realidade diferente do resto do país que contava com uma população de 80% de pessoas analfabetas (PAIVA 2003).

### Considerações Finais

Podemos entender a Cruzada Nacional de Educação como a retomada do “Entusiasmo pela Educação” dos anos de 1920, visto que a campanha almejava expandir quantitativamente as escolas rurais de acordo com os liames políticos dos anos de 1936 a 1946. A Cruzada Nacional de Educação foi deflagrada em nível nacional no ano de 1932, porém no município de Uberlândia as primeiras notícias foram localizadas apenas no ano de 1936 nos documentos oficiais, que concordavam com os objetivos e reproduziam o discurso nacional nos periódicos locais.

Como a referida campanha foi encontrada nas fontes escritas e desconhecida pelas professoras entrevistadas, entendemos que a Cruzada Nacional de Educação na cidade de Uberlândia ficou circunscrita ao âmbito de atuação das autoridades políticas (prefeito e inspetor de ensino, sobretudo). Estas, embaladas por aspirações de desenvolvimento e progresso participaram do combate ao analfabetismo, defendido nacionalmente, por meio da abertura de escolas, muitas inauguradas nos anos de 1936 a 1946, mas não houve na cidade um plano de educação que preparasse e informasse as professoras das escolas rurais sobre a Cruzada Nacional de Educação e seus princípios.

### Referências

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil de 1940*. Série Regional, Parte XXIII - Minas Gerais. Tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950a

LEÃO, Antonio Carneiro. *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1917.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; VALDEMARIN, Vera Teresa. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 109-151.

<sup>9</sup> O recenseamento de 1950 (IBGE, 1950a, p. 562), diferentemente do periódico citado, informou que Uberlândia em 1940 possuía 18.293 habitantes e deste total 50,95% eram alfabetizados.



## FONTES

### Atas

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Ata do Conselho Consultivo realizada no dia 20 out. 1936*. Uberlândia, 1936. Livro 28, p. 88.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Atas das Reuniões Escolares realizadas no dia 3 mar. 1939*. Uberlândia, 1939. Livro 94, p.1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Atas das Reuniões Escolares realizadas no dia 13 maio 1939*. Uberlândia, 1939. Livro 96, p. 33-51.

### Impressas

AS NOVAS escolas rurais do município. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 243, não paginado, 14 jan. 1939.

CÂMARA FILHO. Uma escola pelo amor de Deus. *Jornal de Uberlândia*, Uberlândia, n. 116, não paginado, 18 abr. 1937a.

\_\_\_\_\_. Combate ao analfabetismo. *Jornal de Uberlândia*, Uberlândia, n. 125, não paginado, 13 jun. 1937b.

COLEÇÃO de Leis de Minas Gerais, 1933.

CRUZADA Nacional de Educação. *Estado de Goyaz*, Uberlândia, n. 55, não paginado, 18 maio 1934.

CRUZADA Nacional de Educação. *A Tribuna*. Uberlândia, n. 1306, não paginado, 1 jun. 1939.

DIFFUNDINDO o ensino primario. *O Reporter*. Uberlândia, n. 217, não paginado, 15 maio 1938.

ESCOLA 13 de maio. *A Tribuna*. Uberlândia, n. 1.109, p. 4,2 jun. 1937.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Cruzada Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, 1938. Arquivo da Fundação Getúlio Vargas. Coleção Gustavo Capanema.

O NOSSO operoso e dinâmico prefeito. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 421, não paginado, 10 set. 1939.

SERÃO abertas 4.500 novas escolas primarias cursos gratuitos para adolescentes e adultos analfabetos. *Jornal de Uberlândia*. Uberlândia, n. 118, não paginado, 1 mai. 1937.

UBERLÂNDIA. O Ensino. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 368, não paginado, 14 jul. 1940.

5.643 É O NUMERO da população de Uberlândia. *Estado de Goyaz*, Uberlândia, n. 455, p. 1, 25 maio 1939.

### Orais – Entrevistas concedidas a Cristiane Angélica Ribeiro

Ivete Carrijo – foi professora de escolas urbanas de Uberlândia de 1945 a 1965

Entrevista realizada em Uberlândia, no dia 28 de abril de 2008 às 10h.

*Recebido em Novembro de 2010  
Aprovado em Março de 2011*